

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.860.911 - RS (2020/0028054-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**RECORRIDO** : CRISTIAN PENTEADO FARIAS  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial em face de acórdão que deu parcial provimento ao recurso defensivo e negou provimento ao apelo da acusação.

Sustenta o Ministério Público que o Tribunal de origem, ao excluir da pronúncia as qualificadoras do motivo fútil e do recurso que impossibilitou a defesa da vítima, teria contrariado o art. 121, § 2º, II e IV, do CP e os arts. 74, § 1º, e 413, *caput* e § 1º, do CPP.

Argumenta que *as qualificadoras em comento não se configuram como manifestamente improcedentes ou contrárias à prova dos autos, tendo em vista que a descrição exordial restou confirmada durante a instrução do processo, notadamente na prova oral colhida, pela qual restou bem delineada a necessidade apreciação da questão pelo Conselho de Sentença* (fl. 381).

Pugna pelo provimento do recurso para que sejam incluídas na pronúncia as qualificadoras mencionadas.

Contrarrazoado, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo provimento do recurso.

É o relatório.

DECIDO.

O recorrido foi pronunciado, como incursos no art. 121, § 2º, IV, do CP, tendo o Tribunal *a quo* dado parcial provimento ao recurso defensivo para afastar a qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

No especial, o Ministério Público defende tanto o restabelecimento da qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa da vítima como a inclusão da qualificadora do motivo fútil.

De início, ressalto que, conforme a jurisprudência pacífica desta Corte, a sentença de pronúncia não encerra juízo de procedência acerca da pretensão punitiva, tão somente viabilizando a competência para o Tribunal do Júri, que decidirá a lide de acordo com os elementos probatórios produzidos, devendo ser enviados os autos na hipótese de razoável grau de certeza da imputação.

Nesse sentido: AgRg no AREsp 753.249/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 07/06/2016, DJe 17/06/2016).

Outrossim, somente se admite a exclusão de qualificadoras da pronúncia quando manifestamente improcedentes ou descabidas, sob pena de afronta à soberania do Júri.

Transcrevo, por oportuno, os fundamentos do acórdão recorrido (fls. 334-347):

**No caso em tela, a denúncia imputou ao acusado a suposta prática do delito por motivação fútil, já que o fato teria sido cometido *somente porque não queria trocar a fralda da avó, idosa e doente, causa ínfima frente ao mal perpetrado* (fl. 03x).**

Entretanto, dita circunstância restou afastada da pronúncia, tendo a magistrada fundamentado a sua decisão no fato de que *embora seja inequívoco que o desentendimento entre os envolvidos ocorreu pelos cuidados com a avó, depreende-se que não foi pela negativa de Cristian em ajudar, mas sim pela inconformidade com a situação em que ela estava* (fl. 196v).

Desse modo, **não obstante a insistência ministerial, tenho que as particularidades do caso em tela demonstram, a partir do conjunto probatório coligido, que a qualificadora do motivo fútil, efetivamente, se apresenta manifestamente contrária à prova dos autos, razão pela qual cabível a manutenção do seu afastamento.**

Veja-se que basicamente **todas as testemunhas (e informantes) ouvidas em juízo confirmaram que as partes, em verdade, não nutriam um bom relacionamento entre si, tendo, em diversas outras oportunidades, entrado em atrito; assim, não obstante o fato tenha decorrido em virtude de discussão específica a respeito dos cuidados com a avó do réu, não se pode afirmar que o delito pode ter sido cometido por motivação banal, quando apurado que decorreu, em verdade, de prévia e recorrente inimizade entre as partes.**

**De mesma forma, entendo que a qualificadora reconhecida em sentença, referente à utilização de recurso que dificultou a defesa do ofendido, igualmente se apresenta manifestamente improcedente.**

Deve-se levar em consideração, quanto ao ponto, que além de as partes nutrirem antigo desentendimento entre si, no próprio dia do ocorrido teria havido uma prévia discussão entre ambos (no bar de propriedade da mãe do réu e esposa da vítima) e, após a vítima retornar para a sua residência (também habitada pelo réu), teria ocorrido uma nova discussão entre as partes, ocasião em que, durante a discussão, o acusado teria se municiado de uma faca e golpeado a vítima.

Assim, **das informações trazidas aos autos pelas testemunhas presenciais do ocorrido (Guilherme Régis e Dyonatan), é possível concluir pela manifesta improcedência da qualificadora em comento, já que o *modus operandi* supostamente adotado pelo agressor não se mostrou, a meu ver, apto a surpreender o ofendido, seja pela existência de animosidade antiga entre as partes, seja pela ocorrência de discussão prévia ou seja, também,**

**pelo fato de que os golpes de faca, em tese, desferidos tenham ocorrido durante embate corporal havido entre ambos.**

**Desse modo, não obstante a respeitável sentença tenha entendido que o fato do acusado ter, em tese, golpeado a vítima enquanto a mesma já estava caída ao solo, teria reduzido a sua capacidade de reação e de defesa, entendo que o histórico do relacionamento das partes e da dinâmica dos fatos narrado pelas testemunhas ouvidas, afasta a possibilidade de que a vítima tenha sido surpreendida pela investida do réu.**

Em assim sendo, entendo que o acusado deve ser submetido ao julgamento pelo Conselho de Sentença pela prática, em tese, do delito previsto no artigo 121, caput, do CP, já que ora afastada a incidência da qualificadora prevista no inciso IV, do §2º do referido diploma legal, sendo mantida a expunção da qualificadora do motivo fútil operada pela sentença.

No caso, o Tribunal *a quo*, mediante análise das provas dos autos, concluiu pela ausência de motivação fútil, asseverando que *todas as testemunhas (e informantes) ouvidas em juízo confirmaram que as partes, em verdade, não nutriam um bom relacionamento entre si, tendo, em diversas outras oportunidades, entrado em atrito*. Desta forma, concluiu que, *não obstante o fato tenha decorrido em virtude de discussão específica a respeito dos cuidados com a avó do réu, não se pode afirmar que o delito pode ter sido cometido por motivação banal, quando apurado que decorreu, em verdade, de prévia e recorrente inimizade entre as partes*.

Ainda mediante análise do conjunto probatório, concluiu pela ausência de recurso que dificultou a defesa do ofendido, ressaltando que *o histórico do relacionamento das partes e da dinâmica dos fatos narrado pelas testemunhas ouvidas, afasta a possibilidade de que a vítima tenha sido surpreendida pela investida do réu*.

Nesse contexto, tem-se que a revisão do entendimento do acórdão objurgado, de sorte a se acolher o pleito ministerial, demanda necessário revolvimento das provas dos autos, o que não se admite na via do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Com efeito, *se a instância ordinária, soberana na análise dos fatos e das provas coligidos aos autos, chegou à conclusão de que a qualificadora é manifestamente improcedente, tem-se que a inversão dessa conclusão, para entender-se equivocado o afastamento da qualificadora exigiria, inarredavelmente, o reexame dos contexto fático dos autos, inviável em sede de recurso especial* (AgRg no REsp 1718055/GO, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 30/08/2018).

Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORAS, PELO MAGISTRADO, MANTIDA PELO TRIBUNAL A QUO. EXAME APROFUNDADO DE PROVAS. SÚM. N. 7/STJ.

I - Firmou-se nesta Corte o entendimento de que a exclusão de qualificadora constante na pronúncia somente pode ocorrer quando manifestamente improcedente, sob pena de usurpação da competência do Tribunal do Júri, juiz natural para julgar os crimes dolosos contra a vida.

**II - No caso, contudo, as instâncias ordinárias, soberanas na análise das circunstâncias fáticas da causa, após detalhado estudo acerca das provas colhidas, entenderam que a conduta descrita não é suficiente para determinar que o Conselho de Sentença se manifeste a respeito da incidência ou não das qualificadoras de que trata o art. 121, § 2º, II e IV, do Código Penal.**

**III - A análise da pretensão recursal no sentido de que devem ser reconhecidas as qualificadoras - motivo fútil e recurso que impossibilitou a defesa da vítima - demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos, inviável em recurso especial, a teor da Súm. n. 7/STJ.**

IV - Não cabe a esta Corte manifestar-se, ainda que para fins de prequestionamento, acerca de suposta afronta a dispositivo constitucional - art. 5º, XXXVIII da Constituição Federal - sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

IV - Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 1403284/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 15/03/2019).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator